



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE MAIO

Junho 2023

ÍNDICE

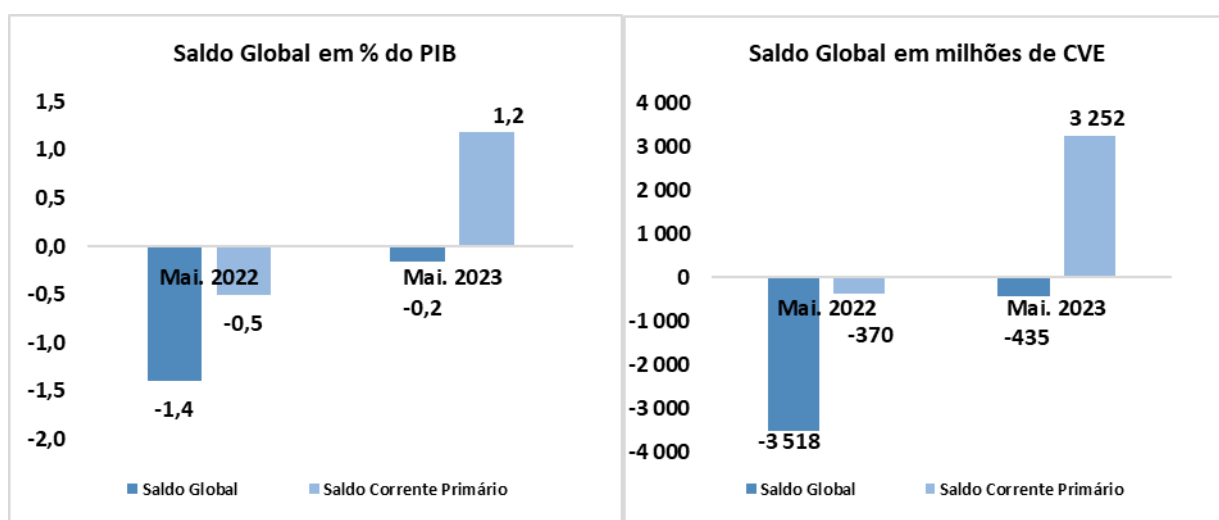
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	13
4.	Dívida Pública	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em maio de 2023, foi negativo em 435,2 milhões de CVE, traduzindo-se num deficit de 0,2% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 1,3 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 1,3 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 1,2%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em maio de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 25,6% (+5.029,1 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 7,9% (+1.768,5 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, subsídios e transferências;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 19,9% (+177,9 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom.
	Orç. Inicial	Mai	Orç. Inicial	Mai		
1. Total Receitas	58 196	19 668	64 238	24 697	38,4	25,6
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	19 279	58 230	23 936	41,1	24,2
Impostos	41 184	16 840	44 350	20 669	46,6	22,7
Segurança Social	71	26	71	29	40,6	11,3
Transferências (donativos)	3 982	388	6 009	761	12,7	95,9
Corrente	2 820	332	2 970	606	20,4	82,3
Capital	1 162	56	3 038	155	5,1	177,1
Outras Receitas	12 960	2 413	13 808	3 238	23,5	34,2
2. Total Despesas	62 112	22 290	66 108	24 059	36,4	7,9
Despesas com Pessoal	24 326	9 318	24 581	9 259	37,7	-0,6
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	3 266	14 765	3 848	26,1	17,8
Juros Correntes	5 541	2 220	5 877	2 645	45,0	19,2
Subsídios	1 008	462	2 022	1 281	63,4	177,3
Transferências	6 663	2 013	6 502	2 241	34,5	11,3
Corrente	6 097	1 924	5 899	2 117	35,9	10,0
Capital	566	88	604	123	20,4	39,4
Benefícios Sociais	8 316	3 483	9 143	3 868	42,3	11,0
Outras despesas correntes	3 868	988	3 218	539	16,8	-45,4
Valor a regularizar	0	540	0	378	-	-30,0
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-2 622	-1 869	638	-34,2	-124,3
4. Ativos não Financeiros	10 217	896	11 156	1 074	9,6	19,9
Compra ativos não financeiros	10 625	1 254	11 904	1 095	9,2	-12,7
Venda ativos não financeiros	408	358	747	21	2,8	-94,1
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-3 518	-13 026	-435	3,3	-87,6
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,8	-1,4	-4,7	-0,2	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-370	1 573	3 252	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	-0,2	0,6	1,2	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-1 299	-7 149	2 210	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,5	-0,5	-2,6	0,8	-	-
6. Financiamento	14 134	3 292	13 026	675	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	1 354	1 955	1 375	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	22	194	49	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-203	-1 851	-26	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-951	-2 200	-1 312	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	2 485	3 685	2 664	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	1 938	11 071	1 964	-	-
 Interno líquido	11 412	4 520	6 641	2 350	-	-
Sistema bancário	11 597	3 937	6 828	551	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-54	-187	-38	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	88	0	197	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-762	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-2 002	0	-204	-	-
Sistema não bancário	0	3 314	0	208	-	-
 Externo líquido	7 085	-2 582	4 430	-386	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	904	15 013	3 922	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-3 486	-10 606	-4 307	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-227	0	239	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até maio de 2023 cifraram-se em 24.718,0 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 23,4%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Mai	Orç. Inicial	Mai		
Impostos	41 184	16 840	44 350	20 669	46,6	22,7
Imposto único sobre rendimentos	11 230	3 835	10 968	5 139	46,9	34,0
IR-PS	6 799	2 519	6 923	2 566	37,1	1,8
IR-PC	4 431	1 316	4 045	2 574	63,6	95,6
Outros impostos directos	649	217	165	306	185,5	40,8
Tributo Especial Unificado - TEU	617	217	132	306	231,7	40,9
Taxa de Incêndio	31	0	33	0	0,7	-14,4
Imposto sobre bens e serviços	20 129	8 671	23 037	10 753	46,7	24,0
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	6 734	17 939	8 427	47,0	25,2
IVA DGA	8 934	3 967	9 551	4 260	44,6	7,4
IVA DGCI	6 892	2 767	8 389	4 167	49,7	50,6
Imposto consumo especial	2 477	1 153	2 605	1 230	47,2	6,7
Taxa de Tabaco	323	113	470	157	33,4	39,1
Contribuição turística	475	298	946	553	58,4	85,5
Taxa ecológica	728	259	756	268	35,5	3,6
Taxa estatística aduaneira	300	115	320	118	37,0	2,9
Impostos sobre transações internacionais	8 407	3 791	9 351	4 109	43,9	8,4
Direitos de importação	8 067	3 630	8 991	3 926	43,7	8,2
Taxa comunitaria CEDEAO	340	161	360	183	50,8	13,6
Outros impostos	769	326	829	362	43,6	11,0
Imposto de selo	719	303	769	339	44,1	11,9
Imposto especial sobre jogos	50	23	60	22	37,2	-0,5
Segurança Social	71	26	71	29	40,6	11,3
Contribuições para a segurança social	0	26	0	29	-	11,5
Outras Contribuições	0	0	1	0	40,4	8,2
Transferências	3 982	388	6 009	761	12,7	95,9
De Governos Estrangeiros	3 378	202	5 225	544	10,4	169,3
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	-
Ajuda Alimentar	300	48	98	43	44,0	-9,8
Donativos directos	2 253	154	4 278	390	9,1	153,5
De Organizações Internacionais	80	55	302	56	18,7	3,5
Das Administrações Públicas	523	132	481	160	33,3	21,6
Outras Receitas	12 960	2 413	13 808	3 238	23,5	34,2
Rendimentos de propriedade	5 444	136	5 562	207	3,7	52,3
Venda de bens e serviços	5 957	2 071	6 716	2 656	39,6	28,3
Multas e outras penalidades	342	92	361	161	44,6	74,2
Outras transferências	337	55	391	46	11,8	-15,8
Outras receitas diversas e não especificadas	880	59	778	167	21,5	182,2
Receitas	58 196	19 668	64 238	24 697	38,4	25,6
Ativos e Passivos	408	358	747	21	2,8	-94,1
Ativos não Financeiros	408	358	747	21	2,8	-94,1
TOTAL RECEITAS	58 604	20 026	64 986	24 718	38,0	23,4

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até maio de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 24.696,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 25,6%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+19,1%), dos impostos indiretos (+34,4%), segurança social (+11,3%), outras receitas (+34,2%) e das transferências (+95,9%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 34,4% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 2.565,5 milhões de CVE, registando uma ligeira evolução positiva, em termos homólogos, de 46,3 milhões de CVE (+1,8%), resultante da evolução positiva das categorias A, B, C e E, em 8,3%, 3,1%, 3,0% e 7,1 %, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção das Categorias A e E, todas as demais Categorias não atingiram os montantes previstos para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em 147,6 milhões de CVE (-5,4%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.573,6 milhões de CVE, dos quais, 1.629,1 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 944,5 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 1.257,9 milhões de CVE (+95,6%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança tanto em sede do imposto sobre lucro, como em sede do fracionado de março.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 306,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 88,8 milhões de CVE (+40,9%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo dinamismo da atividade económica no último trimestre de 2022 e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 27,0 milhões de CVE.
- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de maio com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 19,1% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 8.427,2 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 1.693,7 milhões de CVE (+25,2%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 7,4% (+293,2 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 50,6% (+1.400,5 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente nos setores de alojamento e restauração (+940,4 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+149,0 milhões de CVE) e das indústrias criativas (+76,3 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 8,1 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.583 em 2022 para 1.816 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 552,7 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 254,7 milhões de CVE, tendo superado a média de cobrança registada em 2019 (83 milhões de CVE), representando um aumento face ao montante cobrado no mesmo período de 2022 (+85,5%), o que reflete o aumento substancial da procura turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 8,4% (+318,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 8,2% (+296,4 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, e também verificou-se um aumento na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 13,6% (+21,9 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 339,1 milhões de CVE, dos quais 201,8 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 137,3 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 36,1 milhões de CVE (+11,9%) face ao período homólogo anterior e de 30,4 milhões de CVE (+9,8%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 22,4 milhões de CVE, registando um decréscimo de 0,5% face ao período homólogo, ficando abaixo da previsão em 11,9%.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 156,7 milhões de CVE correspondente a um aumento de 39,1% (+44,1 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 118,3 milhões de CVE correspondente a um incremento 2,9 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 760,6 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 95,9% (+372,3 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +543,9 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pelo aumento das transferências de organizações internacionais em 56,4 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em 160,3 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 34,2% (+824,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Venda de bens e serviços (+28,3%; +585,6 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal;
- Multas e outras penalidades (+74,2%; +68,6 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.
- Outras receitas diversas e não especificadas (+182,2%, +108,0 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas de totoloto e de outras receitas não especificadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em maio de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 94,1% (-336,9 milhões de CVE) comparativamente a maio de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em maio de 2023, atingiram os 25.153,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 6,8% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023			Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Mai	Orç. Inicial	Orç. Reprogramado	Mai		
Despesas com Pessoal	24 326	9 318	24 581	24 720	9 259	37,7	-0,6
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	8 321	22 414	22 538	8 177	36,5	-1,7
Segurança Social	2 120	998	2 167	2 181	1 082	49,9	8,5
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	3 266	14 765	16 049	3 848	26,1	17,8
Juros Correntes	5 541	2 220	5 877	5 877	2 645	45,0	19,2
Dívida interna	3 413	1 364	2 315	3 486	1 409	60,9	3,3
Dívida externa	2 052	843	3 486	2 315	1 195	34,3	41,7
Outros encargos	76	12	77	77	41	53,5	230,0
Subsídios	1 008	462	2 022	2 197	1 281	63,4	177,3
Transferências Correntes	6 663	2 013	6 502	6 619	2 241	34,5	11,3
Governos Estrangeiros	504	48	598	589	94	15,8	95,6
Organismos Internacionais	472	6	474	460	10	2,2	70,1
Administração Pública	5 687	1 958	5 431	5 570	2 136	39,3	9,1
Benefícios Sociais	8 316	3 483	9 143	9 327	3 868	42	11,0
Outras Despesas Correntes	3 868	988	3 218	3 063	539	17	-45,4
Valor a regularizar	0	540	0	0	378	0	-30,0
Despesas	62 112	22 290	66 108	67 852	24 059	36,4	7,9
Ativos e Passivos	10 625	1 254	11 904	12 306	1 095	9,2	-12,7
Ativos não Financeiros	10 625	1 254	11 904	12 306	1 095	9,2	-12,7
TOTAL DESPESAS	72 737	23 544	78 012	80 157	25 153	32,2	6,8

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 31 de maio de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 24.058,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,9% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rúbricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+17,8%), Subsídios (+177,3%), Juros correntes (+19,2%), Transferências (+11,3%), Benefícios Sociais (+11,0%) conjugado com a diminuição de Outras Despesas (-45,4%) e Despesa com o pessoal (-0,6%) conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 0,6% (-59,6 milhões de CVE), decorrente de diminuição de despesas:
 - i. Pessoal do quadro (-106,8 milhões de CVE), derivado (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022;
 - ii. Pessoal contratado (-28,4 milhões de CVE), deve-se ao término dos contratos na Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde devido a redução dos casos Covid-19.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 17,8% (+582,2 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+435,0 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; execução do projeto “Preparação e resposta a Covid-19” no âmbito do contrato de aquisição de 5000 kits teste SARS- COV -2;
 - ii. “Deslocação e Estadas” (+99,1 milhões de CVE) com destaque à Presidência da República, no Gabinete do Primeiro Ministro, na Assembleia Nacional, no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto e nos ministérios da Agricultura e Ambiente, da Saúde, da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial e do Turismo e Transportes;

- iii. “Produtos Alimentares” (+7,2 milhões de CVE) com realce à Direção de serviços prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos ao sector de Defesa, na confeção e reforço alimentares para militares, e ao sector da Educação na aquisição de produtos alimentares para as cantinas escolares e residências estudantis e no sector da Saúde no âmbito de aquisição de géneros alimentício para o serviço de nutrição, bem como refeições para doentes internados;
- iv. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+32,1 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro); e de protocolos de cooperação para manutenção de uma equipa técnica cubana para prestação de serviços no sector de Saúde;
- v. “Honorários” (+52,7 milhões de CVE) com destaque aos sectores da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Agricultura e Ambiente, da Saúde, do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto; da Cultura e das Industrias Criativa, da Administração Interna e da Indústria, Comércio e Energia;
- vi. “Conservação e Reparação de Bens” (+84,4 milhões de CVE) no âmbito de contrato para execução de trabalhos complementares “empreitada de remodelação do edifício Galerias – Lote 1 e do contrato no âmbito da manutenção dos navios Ilhéus dos Pássaros e da Ponta Nhô Martinho.
- vii. “Comunicações” (+12,5 milhões de CVE) com valores mais significativos na Assembleia Nacional, no Conselho Superior da Magistratura Judicial e na Presidência Da República, nos Ministérios das Finanças e Fomento Empresarial, da Administração Interna, da Agricultura e Ambiente, da Saúde, da Justiça, do Mar, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e do Gabinete do Primeiro Ministro.
- viii. “Comissões e Serviços Financeiros” (+15,6 milhões de CVE) no âmbito de pagamento de comissões bancárias pagas às diversas instituições financeiras relativas ao ano transato.

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 19,2% (+425,2 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 41,7% (+351,7 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 177,3% (+819,0 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 11,0% (+384,4 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 8,6% (+190,2 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 14,8% (+20,9 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em espécie em 34,4% (+0,1 milhões de CVE);
- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 11,3% (+227,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica outras transferências correntes em +177,5% (+39,3 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista;
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 45,4% (-449,1 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pelo atraso na publicação das listas dos beneficiários das bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como a diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 203,3 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente).

O valor da despesa por regularizar, em maio situou-se na ordem dos 377,9 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Serviços Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.094,9 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 159,0 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 379,3 milhões de CVE, “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 173,1 milhões de CVE, “Aquisição de Bens e Serviços” com uma execução de 111,4 milhões de CVE, “DGASP - Implementação de Políticas e Promoção do Desenvolvimento Rural” com uma execução de 23,1 milhões de CVE, “Eletrificação Rural Santiago” com uma execução de 22,3 milhões de CVE, “Centro de Artesanato de S. Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE, “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” com uma execução de 20,2 milhões de CVE, “Licença de Aplicativos UTIC” com uma execução de 18,1 milhões de CVE, “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 18,4 milhões de CVE, “Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 17,9 milhões de CVE, “Preparação e Resposta a Covid-19” com uma execução de 16,8 milhões de CVE e “Resiliência do Setor Agrário com as Mudanças Climáticas em CV” com uma execução de 16,7 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 95,2% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 4,8% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 507,1 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 147,4 milhões de CVE, o P.N.U.D. com 70,0 milhões de CVE, União Europeia com 36,4 milhões, o “GLOBAL ENVIRONMENT FUND” com 32,1 milhões de CVE, o Portugal com 31,7 milhões de CVE, a F.A.O. com 29,3 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com 25,9 milhões de CVE, a F.I.D.A. com 20,0 milhões de CVE, as Nações Unidas com 18,7 milhões de CVE, a Nama *Facility-Giz* com 13,2 milhões de CVE e a O.M.S. com 13,2 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 677,9 milhões de CVE, equivalente a 55,8% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque ao “Infraestruturas Modernas e Seguras” (173,1 milhões de CVE), “Proteção Social” (89,1 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (77,0 milhões de CVE); Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (62,2 milhões de CVE); Modernização do Estado e da Administração Pública (61,2 milhões de CVE); “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (51,1 milhões de CVE); “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (49,7 milhões de CVE); “Programa “Cabo Verde Plataforma do Turismo” (40,0 milhões de CVE); “Desenvolvimento do Capital Humano” (22,4 milhões de CVE); “Desenvolvimento Empresarial” (22,3 milhões de CVE); “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (19,5 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Maio	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	23 938	36,6	95,2
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	23 746	36,8	99,2
OFN	907	192	21,2	0,8
Externo	12 615	1 215	9,6	4,8
Donativo	4 692	507,1	10,8	41,7
Empréstimo	7 834	677,9	8,7	55,8
Ajuda alimentar	88	30	33,9	2,5
Total da Despesa	78 012	25 153	32,2	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 31 de maio de 2023, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 295.153,9 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 92.100,2 milhões de CVE (33,4% do PIB) e à dívida externa 203.053,7 milhões de CVE (73,7% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 107,1%, cerca de 12,1 p.p. abaixo do registado em maio de 2022.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	maio 22	maio 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	291 015,6	295 153,9	1,4	119,1	107,1
Dívida Interna	90 931,7	92 100,2	1,3	37,2	33,4
Dívida Externa	200 083,9	203 053,7	1,5	81,9	73,7

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasings* do PIB.